

RESSOCIALIZAÇÃO SOB DEMANDA: O CASO ELIZE MATSUNAGA E A MERCANTILIZAÇÃO DA PENA NA INDÚSTRIA DO STREAMING¹

Bruna Fernanda Oliveira²

¹ GT 3 - Indústrias Midiáticas

² Unicamp - contato.bfernanda@gmail.com

RESUMO

O gênero *true crime* vive uma ascensão global, consolidando uma nova dinâmica de consumo na qual crimes reais são convertidos em ativos estratégicos da Indústria Cultural moderna. No Brasil, o caso Elize Matsunaga exemplifica essa reconfiguração, deixando de ser um fato jurídico-penal para se tornar um produto de entretenimento de longa duração, especialmente após o lançamento de produções documentais de alto orçamento. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar tal mercantilização da violência sob a ótica do capitalismo gore (conceito de Sayak Valencia) e da necropolítica, que instrumentaliza a morte como ferramenta de poder e lucro (POLYDORO, 2024). O problema central reside na economia da atenção, que opera por meio da captura e monetização do interesse público, transformando a trajetória da egressa em mercadoria. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar como o documentário "Elize Matsunaga: Era uma Vez um Crime" (Netflix), ao conceder voz direta à ré, opera uma espetacularização da pena que colide com sua função social prevista na Lei de Execução Penal.

Para tanto, a metodologia adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada na pesquisa bibliográfica e na análise crítica de conteúdo sob o referencial da Economia Política da Comunicação (EPC). A análise debruça-se sobre a estrutura narrativa da obra documental, que utiliza recursos cinematográficos para reconstruir o crime e o período de cárcere de Elize. Observa-se que a Netflix utiliza-se do storytelling para criar uma tensão entre a confissão do crime e a humanização da figura materna, explorando elementos da vida íntima que extrapolam o interesse público sobre o processo judicial. Essa construção estética não visa apenas informar, mas produzir um engajamento emocional que sustenta o modelo de negócios da plataforma, onde a dor e o arrependimento são editados para maximizar o tempo de tela do espectador.

A discussão preliminar aponta que a vida privada e o histórico criminal de Elize são recompactados para atender às demandas de engajamento digital, submetendo a execução penal a uma nova camada de exploração comercial. Sob a ótica da EPC, essa dinâmica cria um "tribunal paralelo" mediado pelo mercado, onde a narrativa oscila entre a humanização da egressa e a reiteração do estigma criminal. O fenômeno tensiona os princípios fundamentais do Direito, uma vez que a exposição contínua e a exploração econômica da imagem de Elize podem atuar como uma "pena perpétua" extrajudicial.

Conclui-se, como resultados esperados, que embora o documentário simule uma abertura ao contraditório, ele se apropria do sigilo e da tragédia pessoal como conteúdo rentável de ampla visibilidade. Evidencia-se que as indústrias midiáticas capitalizam o interesse por crimes violentos sem promover uma reflexão crítica sobre a real condição do egresso do cárcere. Assim, a pesquisa demonstra que a indústria do streaming atua como um obstáculo à reintegração social, priorizando a valorização do capital em detrimento da dignidade humana e da eficácia do sistema jurídico-penal brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

POLYDORO, F. da S. Necrovisibilidade e "milicialização" da política. Revista FAMECOS, 2024. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/44070>>. Acesso em: 7. jan. 2026.